

## CET-Rio: Senge entra com ação

Sindicato acusa a empresa por dano moral coletivo e atitude antissindical durante a negociação do acordo.

Pág. 3

## Coluna do Dieese: setor elétrico

Renovação das concessões, redução de tarifas e possíveis impactos para os trabalhadores em debate.

Pág. 8

## Acompanhamento das negociações

Estão negociando seus Acordos Coletivos de Trabalho as empresas CPRM, Ampla, EPE, Emater e ONS.

Pág. 10

# BRT: cinco mortes em quatro meses

Claudionor Santana



Ônibus do BRT Transoeste parados na estação Gelson da Fonseca

Crea-RJ entrega à prefeitura do Rio de Janeiro relatório com medidas que podem ser tomadas para evitar acidentes.

Págs. 6 e 7

# A sombra do apagão

O apagão de 2001 deixou marcas indeléveis no imaginário da população brasileira. Foi um dos fatores que levaram à saída dos tucanos da frente da presidência da República. Atualmente, estamos assistindo a indícios preocupantes de que algo não vai bem no setor elétrico, embora não se saiba precisar exatamente o quê. Três apagões de grandes proporções aconteceram nos últimos dois meses. As autoridades do setor tentam a todo custo minimizar o ocorrido, chamando-o de “apaguinho”.

Por ordem expressa da residenta da República, está sendo feito um exame minucioso no sistema de transmissão de energia para detectar as causas dos problemas.

No entanto, nossa preocupação vai um pouco além dos problemas pontuais ou meramente circunstanciais que o setor elétrico enfrenta. As recentes medidas adotadas na questão da renovação das concessões sobrecarrega as empresas estatais e coloca sobre elas o pesado fardo de arcar com todas as consequências da diminuição do preço das tarifas.

Sabemos que a estrutura injusta da divisão dos consumidores cativos e livres beneficia as grandes empresas, sendo um dos fatores mais importantes para a manutenção dos elevadíssimos preços das tarifas para os consumidores residenciais.

A desigualdade que se manifesta no campo da economia e distribuição de renda se reproduz na forma como a população brasileira vai pagar suas despesas com energia. A tal modicidade tarifária, se existe é para as grandes empresas que continuam a se beneficiar das enormes vantagens do nosso sistema de base hídrica.

# Dias parados na Justiça

AGAMENON RODRIGUES E. OLIVEIRA\*

Por conta de uma representação junto ao Ministério Público do Trabalho, a Eletrobras teve de responder por sua atitude arbitrária e unilateral de cobrar e impor à revelia do que foi acordado em mesa de negociação. Os dias parados durante a última rodada de negociação com a representação das empresas foi o problema mais delicado a ser administrado pelos sindicatos junto à categoria. Isto porque sua definição definiria a continuidade do movimento ou o retorno ao trabalho.

O que ficou acordado com a Eletrobras é que esta questão voltaria a ser discutida 60 dias após o retorno ao trabalho, demonstrando que os dias não seriam descontados ou compensados, mas seria encontrada uma saída que contemplasse as partes envolvidas.

Qual não foi a surpresa do movimento sindical quando, ao se passarem 40 dias, a Eletrobras publica um documento regulamentando as compensações dos dias “devidos”, sem nenhuma consulta aos sindicatos.

Uma nova reunião com o diretor administrativo da empresa suspendeu a decisão arbitrária, estabelecendo um novo prazo para as compensações ou até mesmo o desconto dos dias parados. Esta dilatação e o novo prazo também não foram cumpridos e a imposição de sua vontade unilateral passou a prevalecer no sistema Eletrobras.

A novidade é que agora o Ministério Público do Trabalho chamou a Eletrobras para responder pelas medidas adotadas, uma vez que a greve atendeu a todos os requisitos legais e, no seu entendimento, trata-se de algo no mínimo estranho, requerendo uma análise mais detalhada do processo.

O MP deixou claro que não pode haver desconto de salário, e a Eletrobras retrucou, dizendo que se trata de uma “compensação”, e não mencionando que esta “compensação” não foi acordada com os sindicatos, o que para nós não passa de um eufemismo para tentar escapar da Justiça.

Segundo a determinação da Eletrobras, se até o dia 31 de janeiro de 2013 as tais compensações não se encerrarem, os trabalhadores terão de pagar os dias que faltam para abater o saldo negativo. Portanto, o que está havendo é um desconto à revelia das negociações.

A representação dos trabalhadores está encaminhando à Eletrobras um ofício, pedindo a suspensão de todas essas medidas adotadas, pois o problema está “sub judice”. Sendo assim, devemos aguardar um pronunciamento do MP para, somente a partir daí, adotarmos uma solução.

É importante, também, salientar que, caso o Ministério Público negue à Eletrobras o direito de legislar a seu bel-prazer

sobre a questão dos dias parados, isto será um fator importante e que balizará as futuras decisões em situações semelhantes e um fator a mais a contar favoravelmente nas futuras mobilizações.

De tudo isto também fica um péssimo exemplo dado pela administração da empresa holding tanto no campo da administração da coisa pública como no campo negocial, ao abrir um terrível precedente de não respeitar os preceitos mínimos de uma boa negociação, entre os quais o mais importante é honrar seus compromissos assumidos em mesa.

\*Agamenon Rodrigues E. Oliveira é diretor do Senge-RJ.

**O MP chamou a Eletrobras para responder pelas medidas adotadas, uma vez que a greve atendeu a todos os requisitos legais**



**Senge-RJ**

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

Correio eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)

[imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

**PRESIDENTE**

Olimpio Alves dos Santos

**DIRETORIA**

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

**CONSELHO EDITORIAL**

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

**CONSELHO FISCAL**

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

**JORNAL DO ENGENHEIRO**

**Editores e jornalista responsável:**

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

**Estagiárias:** Marcelle Pacheco e Danielle Andrade

**Diagramação:** Leonardo Santos

**Revisora:** Beatriz Fontes

**E-mail:** [imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

**Impressão:** Folha Dirigida

# Senge-RJ entra com ação contra a CET-Rio

## Sindicato acusa empresa por dano moral coletivo

O Senge-RJ entrou com duas ações contra a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio). O sindicato está acusando a empresa de dano moral coletivo e atitude antissindical durante a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013. Os documentos foram enviados para o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Realizada no dia 16 de agosto, a primeira assembleia ficou marcada pela presença do secretário municipal de Transportes, Alexandre Sansão, por uma representante do Departamento de Recursos Humanos e pelo representante jurídico.

Nos documentos enviados ao MPT, o Senge-RJ afirma que a presença de gerentes da empresa tinha o “claro intuito de pressionar os empregados a aprovarem a supracitada cláusula de renúncia pertinente ao PCCS, evidenciando assédio moral.”

Para a advogada do Senge-RJ, Daniele Gabrich Gueiros, a presença de representantes da empresa em uma assembleia que deveria ser apenas de trabalhadores mostra que é clara a violação do artigo 2, inciso 1, da Convenção número 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na qual o Brasil é signatário.

Essa convenção estabelece os princípios do direito de organização e de negociação coletiva. O artigo 2 prevê que as “organizações de trabalhadores e de empregadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas em outras, quer diretamente, quer por meio de seus agentes ou membros, em formação, funcionamento e administração.”

Essa convenção estabelece os princípios do direito de organização e de negociação coletiva. O artigo 2 prevê que as “organizações de trabalhadores e de empregadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas em outras, quer diretamente, quer por meio de seus agentes ou membros, em formação, funcionamento e administração.”

## Senge recusa assinar cláusula que prevê renúncia de direitos

### Clausula 74 “zera” direitos conquistados anteriormente

Em reunião com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), representantes da CET-Rio afirmaram que irão manter a cláusula 74 da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O texto prevê que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) seria implementado a partir de setembro de 2012, “zerando eventuais avaliações anteriores não implementadas.”

No entanto, segundo a advogada, este trecho não pode ser encaminhado pelo sindicato para deliberação porque expressa “renúncia de direitos”. Daniele explica ainda que a assinatura do ACT com esse texto pode trazer “consequências negativas para as ações individuais” porque estaria eliminando os passivos já existentes.

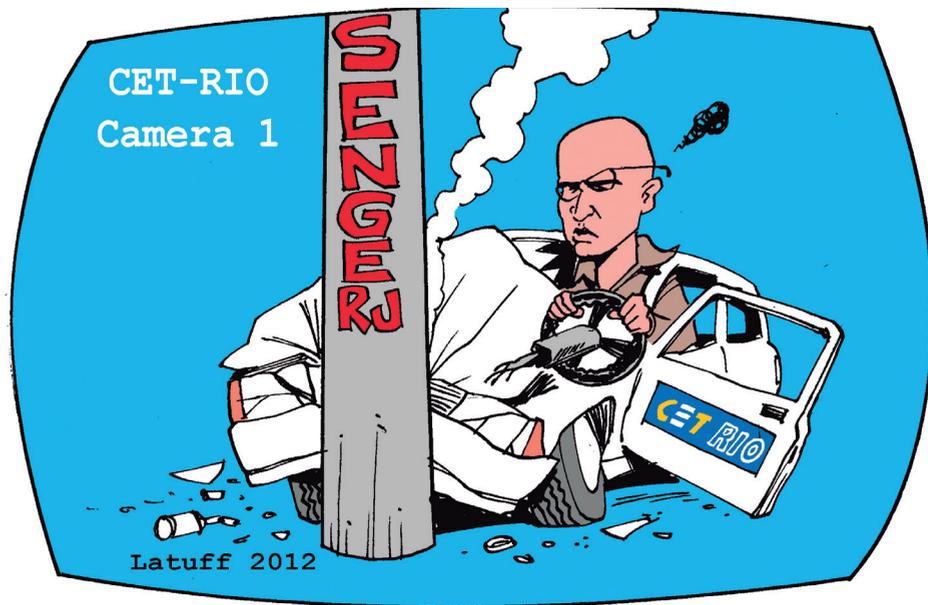
O diretor do Senge-RJ Gunter de Moura Angelkorte destacou que o sindicato não pode assinar renúncia de direitos porque fere os artigos 7º e 8º da Constituição Federal de 1988, além dos art.9 e 468 da CLT.

“A questão salarial é um direito inegociável, previsto pela Constituição”, afirma Gunter.

Além disso, a advogada lembrou que a Justiça aceitou o pedido de correção dos salários do PCCS da CET-Rio. A empresa recorreu da decisão.

“Por que tem de colocar uma cláusula de renúncia? Por que não implementar daqui para frente? Nada garante que a empresa vá cumprir. Ela vem prometendo há anos. Não será a primeira vez que ela não vá cumprir algo que prometeu”, criticou Daniele. “A empresa já viu que o desfecho não será favorável para ela.”

Em assembleia realizada no dia 29, 23 dos 28 engenheiros presentes aprovaram alterar a cláusula 74 e retirar a parte que diz “zerando eventuais avaliações anteriores”. A outra proposta apresentada pela mesa, que ninguém votou a favor, era de retirar a cláusula. O debate foi extenso e durou mais de duas horas.



## Sindicato rebate acusações do secretário

Em carta enviada ao Senge-RJ, o secretário municipal de Transportes, Alexandre Sansão, afirmou que participou da assembleia “na condição única e exclusiva de engenheiro”.

No entanto, a advogada do Senge-RJ explica que o secretário não poderia comparecer à assembleia apenas como engenheiro.

“Não tem como separar. Atualmente, ele não é só engenheiro. Ele ocupa um cargo na empresa. Por isso, a partir do momento que ele comparece à assembleia, comparece como representante da empresa. Aquela era uma assembleia apenas de trabalhadores”, afirma a advogada.

### DOCUMENTO OFICIAL

Na carta, o secretário também afirmou que o diretor do Senge “declarou aos presentes que a direção do sindicato já tinha uma posição em relação à proposta da prefeitura”.

Entretanto, o diretor do Senge-RJ, apenas, explicou que a empresa ainda não havia disponibilizado uma proposta oficial. O sindicato tinha apenas a ata da reunião.

“Olhando a ata, ficou clara a seguinte questão: a proposta da empresa de pôr em funcionamento o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a partir de setembro de 2012, conforme previsão orçamentária vigente. Zerando eventuais avaliações anteriores não implementadas”, explicou Gunter.

“Aqui cabe uma posição política do Senge isso claramente configura a renúncia. O sindicato não assina renúncias. Através de uma implantação de um PCCS, que é do interesse de todos os empregados da

empresa, a empresa tenta eliminar passivos existentes, passivos estes que são reais porque, inclusive, vários funcionários da CET-Rio já têm ações na Justiça a respeito disso”, continuou o diretor.

### OBJETIVO DA ASSEMBLEIA

Quando questionado por um dos trabalhadores sobre qual seria o objetivo da assembleia, Gunter respondeu:

“A necessidade aqui é, no meu entender, mantermos a assembleia aberta e solicitar esclarecimentos à empresa. Já que ela até agora não teve o procedimento de mandar por escrito, com o timbre da empresa, assim: ‘Proposta de Acordo Coletivo’”.

### AMEAÇA DE AGRESSÃO

Em um determinado momento, em meio a uma discussão, o Secretário Municipal de Transportes exigiu que a mesa conduzisse melhor o debate. O diretor do Senge-RJ, que presidia a mesa, chamou o secretário de “mal comportado” ao interromper a fala de outra pessoa. O secretário, então, se dirigiu até o diretor e o chamou para “brigar na rua.”

“Dirigi-me, então, à mesa e respondi à agressão que acabara de sofrer de forma direta e pessoal, frente à frente com o agressor, deixando muito claro que não admitiria jamais ser tratado daquela forma”, disse o secretário, na carta enviada ao Senge.

No entanto, segundo informações dos presentes, Alexandre Sansão se dirigiu à mesa e disse para Gunter: “Você sabe com quem está falando? Você não vai crescer para cima de mim. Mas se você quiser a gente pode resolver isso lá fora.”

# Nuclep desenvolve tecnologia de reparo e teste

Os testes de equipamentos são fundamentais para segurança em plataformas para exploração de petróleo e gás

Foto: Arquivo Senge-RJ

pela primeira vez na história da indústria nacional, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) participou do gerenciamento do teste de carga dos equipamentos X-Mas Tree Trolley e Bop Carrier da plataforma P-23, no campo de Roncador R7, na Bacia de Campos. Estes procedimentos são fundamentais para segurança na exploração de petróleo e gás. Eles foram realizados de julho a agosto.

## USO DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos são usados para suportar e transportar “árvores de natal” e o BOP - equipamentos usados para na produção e selagem, respectivamente, de poços de petróleo que apresentem vazamento; além disso, esse procedimento aufere garantia, tranquilidade e segurança ambiental.

A plataforma P-23 encontra-se aproximadamente a 300 quilômetros da costa, em operação em poços de petróleo com cerca de 1.863 metros de lâmina d'água.

Previamente aos testes, a Nuclep realizou o reparo e a modernização dos equipamentos em seu parque industrial, em Itaguaí.

Os testes foram realizados por uma equipe de sete profissionais e durante uma semana. Ao final, foi concluído que os dois equipamentos estavam preparados para atender às exigências do processo de exploração.

## PREVENÇÃO DE ACIDENTES

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) Julio Cezar Arruda de Carvalho fez parte da equipe, acompanhando desde a chegada dos equipamentos na fábrica, e coordenou todas as atividades de montagem e testes a bordo da reforma dos equipamentos.

Julio explica que os testes e a manutenção adequada destes equipamentos ajudam a evitar acidentes, como o que aconteceu campo de Fra-de, na Bacia de Campos, ano passado.



Julio César, diretor do Senge, na plataforma da Petrobras

## ENGENHARIA NACIONAL

O engenheiro ressalta que a realização destes testes pela Nuclep demonstram o alto grau de desenvolvimento tecnológico e inovação da estatal, que começa a disputar com empresas europeias esse novo mercado de segurança petrolífera. Para ele, a indústria nacional está demonstrando a capacidade e inovação do país no setor, desde a fabricação e

reforma de plataformas até a exploração com segurança.

“A modernização dos equipamentos e o teste de carga na plataforma foram feitos em tempo recorde pela empresa, já que as concorrentes europeias o fariam no dobro do prazo. Com a qualidade do profissional brasileiro estamos abrindo caminho num novo mercado”, concluiu o engenheiro Julio Cezar.

# construir

RIO 2012 FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO

7-10 NOVEMBRO RIOCENTRO

VENHA  
CONSTRUIR  
O SEU  
FUTURO

- Excelentes oportunidades para fazer negócios e parcerias
- Presença de empresas nacionais e internacionais
- Grandes lançamentos do mercado
- Workshops, palestras e centenas de expositores
- Muitas novidades da Construção Civil em um só lugar

Quem constrói se encontra aqui.

# Engenheiro chileno lança livro no Brasil

O ex-ministro de Allende, Pedro Hidalgo, conta sobre sua prisão e tortura e emociona

Apesar da noite fria e chuvosa de do dia 26 de setembro, mais de 150 pessoas lotaram o auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no centro do Rio de Janeiro, para o lançamento do livro *Do fogo à Luz* do engenheiro chileno Pedro Hidalgo. O autor é ex-ministro da agricultura do governo popular de Salvador Allende e responsável pela reforma agrária no país.

Pedro conta que, apesar de já estar pronto há cinco anos, o livro nunca foi publicado no Chile por razões políticas, econômicas e religiosas. Os progressistas achavam o livro muito religioso. Os religiosos, que ele fala muito sobre a tortura.

O autor agradeceu ao Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) pela publicação e disse estar muito contente.



Fotos: Adriana Medeiros

Da esquerda para direita: Pedro Hidalgo, Fresia Acunha, Victória Grabois e Sid Benjamim

## PILARES DO PODER

O presidente do Senge-RJ Olímpio Alves dos Santos comentou que o livro trata de três importantes questões: a violência, a religião e o poder. “Estes três elementos juntos são o sustentáculo do poder dos que os têm”.

Olimpio comentou sobre alguns personagens marcantes do livro. Entre eles estão dois sacerdotes. Enquanto um ajudou Pedro a se esconder dos militares e apoiou outras pessoas que estavam sendo perseguidas pelo regime, o outro, um bispo, afirmou que os presos estavam pagando por seus pecados.

“Cabe perguntar qual é o pecado que Pedro cometeu: distribuir terras e lutar pela reforma agrária?”, questionou.

## VIDAS TORTURADAS

Após o golpe militar no Chile em 1973, Hidalgo ficou detido na prisão



Fresia Acunha, esposa do autor



Pedro Hidalgo, autor do livro



Victória Grabois, do Tortura Nunca Mais

de Chillán e depois nas Ilhas Quiriquinas, onde foi duramente torturado. Em decorrência dos maus tratos sofridos, ele perdeu a audição do ouvido direito.

Emocionado, o autor e sua esposa Fresia falaram sobre a história do casal durante o período da ditadura militar chilena. Eles lembraram o momento

em que Pedro despediu-se da família, como fazia todas as manhãs, sem saber que aquele era o dia de sua prisão.

“Uma das vezes em que eu estava sendo torturado, perguntei por que eu estava sendo castigado. O torturador me respondeu que era por ter expropriado terras para a reforma agrária.

Fui castigado por cumprir a lei da reforma agrária”, contou Pedro.

Fresia relatou sua intensa busca por informações sobre o paradeiro de seu marido. E, após encontrá-lo, sobre as duras visitas ao presídio. Pedro contou que além da violência sofrida, havia a saudade e a preocupação com a família.

## AS MARCAS DAS DITADURAS

O jornalista da OAB, Sid Benjamim participou da abertura do evento. Ele contou que, durante a ditadura brasileira, ficou exilado no Chile, onde teve uma filha, e permaneceu no país até o golpe.

Benjamin lembrou que a OAB criou uma Comissão da Verdade para subsidiar a criada pelo Governo Federal.

“Muitos dizem que não vale

a pena mexer no passado e que isso só vai trazer sofrimento. Eu aceitaria de bom grado se fosse o melhor para a democracia”, afirma o jornalista. Ele acredita que evidenciar estes fatos é importante para que a história de torturas ocorridas durante as ditaduras militares não se repita.

“Aí está a importância de livros como o do Pedro Hidalgo”, disse.

## PÓS-DITADURAS

Também foi convidada a falar a integrante do grupo Tortura Nunca Mais, Victória Grabois. Ela contou que, quando Allende subiu ao poder, teve vontade de largar São Paulo, onde estava escondida por conta dos militares, e ir para o Chile, mas viu que sua luta era no Brasil.

Victória considerou que países latinos como Chile, Uruguai e Argen-

tina iniciaram o processo de busca pela verdade muito antes do Brasil. “O Brasil é a 6ª economia do mundo, mas na questão dos direitos humanos temos de aprender”, disse.

A integrante do Tortura Nunca Mais lembrou que a Comissão da Verdade no Brasil é instaurada no momento em que muitos torturadores e familiares dos desaparecidos já estão mortos.

# Crea-RJ apresenta propostas para evitar acidentes no BRT

Foto: Claudionor Santana



Ônibus articulados do BRT Transoeste parados na estação Gelson Fonseca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Quatro meses após sua inauguração, o corredor expresso Transoeste, que liga a Barra a Santa Cruz, já registrou cinco acidentes fatais, com vítimas de atropelamento

**D**iante do elevado número de vítimas, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio (Crea-RJ) entregou, no dia 28 de setembro, um relatório ao prefeito Eduardo Paes. O documento contém uma série de recomendações para a melhoria da segurança no projeto.

O relatório foi entregue pelo presidente do Crea, Agostinho Guerreiro, em encontro na estação Novo Leblon, do Transoeste. A entidade vistoriou no último mês todo o trajeto percorrido pelos ônibus.

#### FALTA DE SEGURANÇA

De acordo com o engenheiro

Luiz Cosenza, coordenador da Comissão de Análise e Prevenção de Acidentes (Capa) do Crea-RJ, “a entidade decidiu avaliar as condições de segurança e sinalização da via expressa após receber denúncias de usuários do transporte e, também, pelo elevado número de atropelamentos com mortes e colisões”.

Segundo Cosenza, que também é diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), a sinalização deficiente, aliada à imprudência de motoristas, motociclistas e pedestres está por trás dos constantes acidentes no BRT.

Entretanto, o engenheiro Clayton Vabo, diretor do Senge-RJ, avalia

ainda que há falta de planejamento operacional. “Os riscos deveriam ter sido avaliados antes de o sistema entrar em operação”.

#### PROPOSTAS DO CREA-RJ

Uma das propostas apresentadas no relatório do Crea-RJ é a realização de uma campanha de segurança e educação no trânsito.

“É fundamental que haja um trabalho de conscientização e divulgação, principalmente, próximo às escolas”, afirma Clayton, que também participou da elaboração do relatório.

De acordo com os especialistas, os ônibus do BRT, conhecidos como Ligeirão, oferecem risco de acidente, potencialmente maior, por andar em alta velocidade.

“Se eles tivessem a obrigatoriedade de reduzir a velocidade na altura das estações, certamente, isso evitaria grande parte de acidentes”, comenta Clayton.

O documento propõe ainda, entre outras medidas, a instalação de guard-rail. Este mecanismo funcionaria como uma barreira física, impedindo os pedestres de atravessarem fora das faixas.

Clayton afirma que as divisórias existentes hoje na pista do BRT são muito baixas. “A implementação de muretas mais altas impediria ‘bandalhas’ em cruzamentos com a pista do BRT”, avalia.

Outra proposta é aproximar as faixas de pedestres das estações dos ônibus, a fim de facilitar a travessia.

#### SUPERLOTAÇÃO

Recém-criada, a Transoeste já recebe reclamações.

Os passageiros criticam a superlotação e o atraso dos ônibus, principalmente, no horário de pico, das 4h30 às 8h.

O engenheiro explica que os transportes rodoviários, como o BRT, são considerados uma solução rápida e mais barata, se comparados ao transporte metro-ferroviário.

Contudo, segundo ele, o transporte sobre trilhos apresenta “uma solução definitiva, pois atenderia o crescimento da demanda futura”, conclui Cosenza.

# Transporte rodoviário não resolve caos no Rio

“Nos horários de pico, a Transcarioca precisaria de um ônibus articulado a cada 25 segundos”, é o que afirma o diretor do Senge-RJ Luiz Cosenza.

**O**s cálculos do engenheiro são baseados nos números dos estudos de demandas, que indicam uma demanda de 30 mil passageiro/hora/sentido.

Esse é o motivo de algumas reclamações de usuários, pois na hora de pico só conseguem entrar no segundo ou terceiro ônibus, devido à lotação.

No caso da Transbrasil, sistema de BRT a ser implantado na av. Brasil, este deve operar com ônibus biarticulados que transportam mais de 200 passageiros e, caso a demanda seja mesmo de 40 mil passageiro/hora/sentido, seria necessário um intervalo de ônibus a cada 25 segundos.

“É demanda para metrô, mas a

opção pelo modo rodoviário vem sendo a mais utilizada nas grandes cidades, trazendo junto a péssima qualidade de vida aos cidadãos, que levam até 6 horas por dia presos em engarrafamentos”, destacou.

#### CENTRO DO RIO

“O BRT não resolve o problema de transporte no centro do Rio. A solução é investir em transporte sobre trilhos”, avalia o engenheiro.

“Já estamos atolados de transportes rodoviários, basta a gente ver todos os dias os congestionamentos que lotam as cidades. Por isso é importante investir em trens e metrô”, diz.

No mundo inteiro, o transporte sobre trilhos é vital. Em ci-

dades como Madri e Berlim, por exemplo, é possível ter acesso à cidade toda só andando pela malha metroviária.

#### NÓ NO TRÁFEGO

Segundo Cosenza, 90% dos ônibus e carros que passam diariamente pela ponte Rio-Niterói seguem em direção ao centro do Rio. Quando estes veículos se somam aos que vêm da Zona Oeste e da Baixada Fluminense, complicam ainda mais o tráfego no centro da cidade.

O especialista defende a construção da linha 3 do metrô como uma forma de melhorar o trânsito do centro da cidade.

O trajeto liga o Rio de Janeiro a Niterói. De acordo com Cosenza, essa obra, apesar de o metrô ser atribuição do governo do estado, só se viabiliza com apoio do Governo Federal. Ele acredita que seria a grande solução para o centro da cidade.

Outra solução apontada pelo engenheiro é a ligação de barcas entre São Gonçalo e a Praça XV, já prevista no contrato de concessão.

“A administradora das barcas é a mesma da ponte Rio-Niterói. Sendo assim, a empresa não deve ter grande interesse no trecho, uma vez que diminuiria sua receita de pedágios”, afirma.

“Precisamos entender que não se resolve o problema da ‘mobilidade urbana’ sem um amplo debate da região metropolitana do Rio de Janeiro”, conclui.

## CAPACIDADE DOS MODOS DE TRANSPORTE

VEÍCULO	PASSAGEIRO/HORA
Ônibus	5 mil
BRT	5 a 15 mil
VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)	15 a 25 mil
Trem/Metrô	> 25 mil

# Mudanças no setor elétrico brasileiro

Renovação das concessões, redução de tarifas e possíveis impactos aos trabalhadores

O Governo Federal anunciou, por meio da Medida Provisória 579, um conjunto de ações para o setor elétrico. Para diminuir as tarifas de energia, serão eliminados dois encargos, outro será reduzido em 75% e será antecipada a data final das concessões, que terminariam nos próximos 60 meses. Com a antecipação do vencimento das concessões, empresas que fizerem a adesão a este modelo e que tenham investimentos a serem amortizados e depreciados receberão antecipadamente esses recursos e passarão a gerar e transmitir energia, recebendo um valor pela prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverá ser regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com o Governo, com essas mudanças haverá uma redução das tarifas de 20,2% em média, sendo 7 pontos percentuais por conta das mudanças nos encargos e 13,2 pontos percentuais devido à renovação das concessões. O efeito para os consumidores residenciais está estimado em 16,2%. Para os demais, a redução variará de 19 a 28%, já que os custos com transmissão e distribuição desses consumidores são menores. Dentre esses últimos incluem-se os grandes consumidores industriais de energia no país, muitos dos quais operam no mercado livre em busca de captura de ganhos na compra de energia elétrica.

Para melhor entender as razões dessas medidas, é preciso considerar que o setor elétrico brasileiro passou por profundas mudanças desde a década de 1990. As mudanças significaram a introdução de uma lógica mercantil no setor, especialmente na geração e na comercialização da energia. O discurso foi, por um lado, de garantir o fornecimento por meio da ampliação da oferta e, por outro, através da concorrência, conquistar a modicidade tarifária. Contraditoriamente, ao longo desses anos, vivemos um período de racionamento, pequenos e grandes apagões, enquanto a tarifa tornou-se uma das mais caras do mundo, apesar de a energia elétrica brasileira



Torres de energia localizadas próximo à usina hidrelétrica de Porto Colombia

ser proveniente de hidrelétricas – uma das fontes mais limpas e baratas. Essa situação tem sido atribuída à estrutura tributária e de encargos incorporados na tarifa, no entanto, mesmo quando se medem apenas os custos com geração, transmissão e distribuição, o país figura entre que têm a energia elétrica mais cara do mundo.

Por esta razão, apesar de ser um serviço público, o setor se transformou em um dos grandes negócios geradores de lucros. Nos últimos cinco anos, entre as 12 maiores distribuidoras de dividendos aos acionistas, nove são empresas de energia elétrica. Essa situação ocorreu ainda em um contexto de profunda precarização do trabalho, marcada por regressão nas condições de segurança e aumento do número de mortes no setor, especialmente entre os trabalhado-

res terceirizados, já que mais de 50% da mão de obra não são do quadro próprio das empresas.

Muito da precarização do trabalho nos últimos anos pode ser atribuído ao modelo tarifário existente na distribuição, em que as empresas são estimuladas à redução dos custos operacionais. Para a agência reguladora, empresa eficiente é aquela que tem custo operacional abaixo do regulatório, independente da forma como se dá essa redução. A consequência tem sido a precarização das condições de trabalho com poucos efeitos sobre a tarifa, tendo em vista que o peso das despesas com pessoal no custo final ao consumidor é muito pequeno.

No modelo tarifário aplicado às tarifas nas empresas de distribuição, não é reconhecida grande parte do conteúdo dos acordos e normas de trabalho acer-

tado com as entidades sindicais. Desse modo, apesar da necessária redução da conta de luz, é correto avaliar que, a partir do momento em que a Aneel passar a regular as tarifas de geração e transmissão dos empreendimentos renovados, deverá ser reproduzido o mesmo modelo de exploração dos trabalhadores existente nas empresas de distribuição. Como o modelo é incentivador da redução de custos, a cada revisão é estabelecido um novo padrão de custo operacional, sempre abaixo do anterior, reproduzindo de forma cíclica a degradação das condições de trabalho. Essa situação, hoje restrita aos que trabalham no segmento de distribuição, deverá em breve atingir os demais que atuam no setor, o que exigirá forte organização sindical para que o preço da redução tarifária não recaia sobre os trabalhadores.

CINECLUBE

# Meu nome é Joe

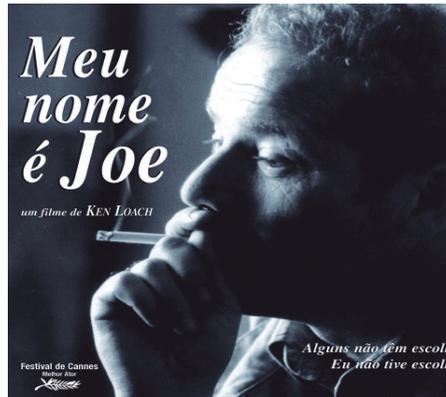
O filme faz crítica à sociedade do individualismo atual

Na última quinta-feira do mês de outubro (27) haverá mais um Ciclo de Cinema e Debate. Esse mês será exibido o filme *Meu nome é Joe*, de Ken Loach (Inglaterra, 1998).

O filme conta a história de Joe Kavanagh um ex-alcoólico, que frequenta o A.A., desempregado e residente da periferia de Glasgow.

O protagonista é treinador do time local e faz diversos "bicos" para sobreviver.

O evento é organizado pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e pelo Sindicato dos Engenheiros no Rio de Janeiro (Senge-RJ).



Os encontro será no dia 27 de outubro às 19h no auditório do Senge-RJ: av. Rio Branco, 277, 17º andar, Cinelândia.

## Confira os cursos oferecidos pelo Senge

Sócios do sindicato contam com descontos especiais

### RIO DE JANEIRO

#### AutoCAD 2D

Professor: Renato Donato  
BRWisp Treinamentos

1ª Turma: 8 a 30 de outubro  
Segunda a quinta, das 18h30 às 21h30

2ª Turma: 5 a 28 de novembro  
Segunda a quinta, das 18h30 às 21h30

No Rio, os cursos são realizados na Av. Rio Branco, 277/ 17º andar  
Inscrições:  
www.brwisptreinamentos.com.br

### RESENDE

#### AutoCAD 2D

Professor: Renato Donato  
BRWisp Treinamentos

Data: 10 de novembro a 8 de dezembro  
5 sábados, das 9h às 18h

Em Resende, as aulas serão ministradas na sede da Delegacia Sindical do Sul Fluminense: rua Vila Adelaide, 211, Jardim Brasília. Tel: (24) 2109-1672.  
e-mail: leandrosengerj@gmail.com

A cidade é maravilhosa e a temporada é de bons negócios.

WWW.RIOINFRA.COM.BR

## RIO|infra estrutura

3ª Feira Internacional de Máquinas, Produtos e Serviços para Obras de Infraestrutura

7-9 | Novembro 2012 | 14h às 21h

RIOCENTRO | RJ

A **Rio Infraestrutura** se consolida como um importante canal de negócios ao reunir grandes profissionais do setor e apresentar a vitrine mais completa de máquinas e equipamentos pesados. Um grande evento conta com a presença de fornecedores, locadoras, empreiteiras e construtoras e oferece o espaço ideal para realizar ótimos negócios com os maiores empreendedores do mercado de infraestrutura do país.



Construção e Engenharia



Veículos, Máquinas e Equipamentos



Transportes e Logística



Pavimentação e Manutenção de Infraestrutura



Ferramentas e Acessórios

**GARANTA SEU ESPAÇO E REALIZE BONS NEGÓCIOS!**

## CPRM

■ Os trabalhadores da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) estão em “estado de greve”. A decisão foi tomada por unanimidade no dia 28 de setembro, em assembleia realizada na porta da empresa. Os empregados ficarão em estado de greve até a próxima rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013, que ainda será marcada.

## EPE

■ Os sindicatos entregaram, na tarde do dia 9 de outubro, a nova proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

## Emater

■ Está marcada para o dia 16 de outubro, às 14h, a mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho para resolver os impasses durante a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho

(ACT) da Emater-Rio. No dia 24 de setembro, os cinco sindicatos que representam os trabalhadores da empresa enviaram um ofício pedindo a mediação da DRT na negociação coletiva.

## Ampla

■ Na 2ª rodada de negociação, realizada no dia 8 de outubro, a Ampla ofereceu aos trabalhadores reajuste de 5,58%, referente ao Índice Nacional de Preços do Consumidor (IPCA), no salário e nos benefícios. No entanto, os sindicatos pedem ainda 2% de ganho real e um abono de R\$ 3.000, relativo à perda de massa salarial. Para Francisco Eduardo Rizzo Fraga, representante sindical do Senge-RJ na Ampla, a contraproposta da empresa “não merece nem ser discutida em uma assembleia.” Além disso, ele também afirmou que os trabalhadores manterão a proposta original.

# Contraproposta do ONS prevê redução de benefícios

Para diretor do Senge-RJ, empresa está impondo perdas para os trabalhadores

A 1ª rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2014 do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) foi realizada nos dias dois e três de outubro. A empresa ofereceu reajuste de 5,24% referente ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto, mas não ofereceu ganho real, ou seja, ganho acima da inflação.

Além disso, o ONS também afirmou que irá retirar do ACT o abono por perda de massa salarial para o próximo ano, o que significa a perda do poder de compra por consequência da inflação. Segundo

a empresa, essa seria uma exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O ONS propôs a redução da gratificação de férias de 80% para 2/3 do salário. Isso significa, por exemplo, que um trabalhador que receba R\$ 1.000,00, receberá de gratificação R\$ 667,67. Antes, ele recebia R\$ 800,00.

“A empresa está impondo perdas na remuneração anual dos trabalhadores do ONS”, critica o diretor do Senge-RJ, Gunter de Moura Angelkorte.

A empresa também propôs o reajuste do tíquete refeição de R\$ 28,50 para R\$ 32,00.

## Conferência discute sindicalismo mundial

O evento também falou sobre trabalho e desenvolvimento sustentável

Entre os dias 26 e 28 de setembro, foi realizada em Campinas, São Paulo, a VIII Conferência da Universidade Global do Trabalho (Global Labour University – GLU). O evento teve como tema “Crescimento sustentável, desenvolvimento e trabalho: as propostas progressistas em nível local, nacional e global”.

Iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o encontro é resultado de uma parceria entre a universidade, o movimento sindical, representado pela CUT, e a Fundação Friedrich Ebert. O evento contou com a presença do diretor do Senge-RJ, Marco Antônio Barbosa.

A conferência teve a participação de diversos países além do Bra-

sil, como África do Sul, México, Estados Unidos, Canadá, Índia, entre outros. O diretor conta que as instituições apontaram para uma queda da participação dos trabalhadores nos sindicatos, principalmente em países como África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Brasil e Índia. “Há um percentual de sindicalizados muito pequeno”, desabafa.

### PAPEL DA GLU

Presente no Brasil, África do Sul, Alemanha, Brasil e Índia, a GLU é uma rede que oferece cursos de mestrado e de curta duração, chamados de ENGAGE. A GLU também reúne grupos de pesquisa para aprofundar o estudo sobre o mundo do trabalho.

# Eletronuclear pede declaração de bens e valores do IR

Departamento jurídico do Senge-RJ avalia que solicitação aos empregados é legal

O departamento jurídico do Senge-RJ avaliou que a exigência da cópia da declaração de bens e valores do imposto de renda feito pelo Eletronuclear aos empregados é legal. A análise foi feita depois de questionamentos feitos pelos trabalhadores. Mesmo os empregados que não exerçam cargos em comissão ou funções de confiança devem entregar suas declarações de bens em envelopes fechados para a Gerência de Administração de Pessoal.

## EXIGÊNCIA DA EMPRESA

Segundo os advogados do Senge-RJ, a exigência da Eletronuclear é legal porque segue as determinações da lei nº 8.429/1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.”

O artigo 13 desta lei estabelece a obrigatoriedade de apresentação, pelo agente público, de sua declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado.

Além disso, segundo a legislação, o trabalhador pode fornecer a declaração de bens e direitos anualmente ou autorizar que a empresa acesse a sua

Declaração de Ajuste Anual.

## NOVA INTERPRETAÇÃO DA LEI

Anteriormente, era interpretado que apenas os empregados de cargos em comissão ou funções de confiança precisavam entregar a declaração de bens e valores do Imposto de Renda. No entanto, de acordo com a nova análise da Controladoria-Geral da União (CGU), o documento deve ser apresentado por todos os funcionários. A decisão foi tomada em auditoria realizada no dia 6 de julho deste ano.

A CGU já havia questionado a Eletronuclear por que os documentos de todos os empregados não haviam sido entregues. A empresa respondeu que, até aquele momento, não tinha orientação para “solicitar as referidas declarações para os empregados não ocupantes de cargo de confiança.”

No entanto, em documento, a CGU explicou a “obrigatoriedade da apresentação de declaração por todos os agentes públicos”, encontrada no artigo 13 da Lei nº 8.429/1992, que “condiciona a posse e o exercício do agente público à apresentação e atualização anual da declaração de bens e renda.” O documento frisa ainda que esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.483/2005.

# Senge-RJ ganha ação do SMP contra a Eletronuclear

Empresa não paga o Salário Mínimo Profissional dos engenheiros desde 2010

O Senge-RJ ganhou, em 2ª instância, a ação referente ao Salário Mínimo Profissional (SMP) movida contra a Eletronuclear. A Justiça condenou a empresa a pagar para os engenheiros o valor correspondente a nove salários mínimos. O resultado da ação saiu no dia 21 de agosto. A Eletronuclear ainda pode recorrer.

Todas as empresas do grupo Eletrobras (do qual a Eletronuclear faz parte)

não pagam o SMP desde 2010, quando Miguel Colassuono assumiu o cargo de diretor administrativo. Segundo o diretor do Senge-RJ Gunter Angelkorte, só na Eletrobras e na Eletronuclear, cerca de 200 engenheiros recebem abaixo do piso.

O SMP do engenheiro é regulamentado pela Lei 4.950-A/1996, que fixa um mínimo de nove salários para uma jornada diária de 8 horas de trabalho.

TABELA PARA CÁLCULO DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Duração do curso	Diferentes jornadas de trabalho				
	Trabalho diário diurno			Trab. noturno	Horas extras
	6H	7h	8h	p/hora	p/hora
Inferior a 4 anos	5 SM	6,25 SM	7,50 SM	1,25 x h diurnas	1,50 x h diurnas
Igual ou superior a 4 anos	6 SM	7,50 SM	9,00 SM	1,25 x h diurnas	1,50 x h diurnas

# Uso de celular fora do trabalho é hora extra

Decisão do TST leva em consideração que o trabalhador fica à disposição da empresa

A 1ª turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou que o uso do celular fora do trabalho configura hora extra. Um chefe de almoxarifado havia entrado com uma ação contra empresa, depois de ser obrigado a ficar à disposição após o horário de trabalho, inclusive nos fins de semanas e feriados.

De acordo com a jurisprudência do TST (Súmula 428), o uso do celular “por si só” não caracteriza o regime de sobreaviso. No entanto, ficou concluído que a empresa acionava o empregado a qualquer momento, “limitando sua liberdade de locomoção”.

Em reclamação trabalhista, o empregado afirmou que era obrigado a portar e atender o celular o tempo todo. Como ele era chefe do almoxarifado, qualquer colocação ou retirada de material do

local era de sua responsabilidade e nada poderia ser movimentado sem a sua autorização.

“Além de ficar de prontidão, ele tinha de comparecer com frequência à empresa, e não podia se afastar de casa a ponto de inviabilizar o comparecimento”, afirmou o relator, o ministro Lelio Bentes Corrêa. “É mais do que escala de plantão porque nem havia revezamento: era sempre ele.”

O advogado do Senge-RJ, Luiz Fernando Contreiras, concorda com a interpretação do juiz. Segundo ele, se o trabalhador está fora do seu horário de trabalho e o patrão liga, já pode ser considerado hora extra.

“Você não precisa estar em casa à disposição do empregador. Se você está no cinema e o chefe te liga, já é trabalho. Isso é lógico”, defende Luiz Fernando.

## art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato ([www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

# Senge participa em feiras de Naval e Civil

Os engenheiros poderão tirar dúvidas sobre o Salário Mínimo Profissional e sobre os benefícios oferecidos pelo sindicato

Nos meses de outubro e novembro o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) participará, respectivamente, da feira que acontecerá em paralelo ao Congresso Nacional de Transporte Aquaviário, Construção Naval e Offshore e da feira Construir, uma das maiores do país na área da construção civil.

Os diretores do Senge-RJ estarão no estande do sindicato para esclarecer sobre as ações da entidade na defesa do Salário Mínimo Profissional, apoio jurídico, Acordos Coletivos de Trabalho, entre outros assuntos relacionados às demandas dos profissionais. Além disso, haverá a apresentação de vídeos, distribuição de material institucional, sorteios e brindes.

Marco Antônio Barbosa, diretor do Senge-RJ, conta que o sindicato vem participando cada vez mais de congressos, feiras e seminários “a fim de saber o que está acontecendo de mais novo na área da engenharia, além de incentivar profissionais e estudantes a

conhecerem mais sobre o seu sindicato e seu ramo de atuação”. Ele ressalta que a presença do sindicato nestes espaços é importante para aproximar cada vez mais o sindicato do profissional.

“Nosso produto é o conhecimento. Participamos dos eventos para mostrar o trabalho que é desenvolvido pelo Senge”, afirma o diretor. “É importante mostrar para o engenheiro o que o sindicato tem feito para valorizar sua profissão, como a luta pelo Salário Mínimo Profissional e as negociações coletivas, entre outras, e, ainda, a participação decisiva nos debates nacionais sobre políticas públicas”.

## FEIRA CONSTRUIR

Entre os dias 7 e 10 de novembro, o Senge participará da feira Construir. Os profissionais poderão se associar no local.

O evento será realizado no Rio-centro – Pavilhão 4, na av. Salvador Allende, 6555 - Barra da Tijuca.



Estande do sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro durante a Feira Construir em 2011

## CONGRESSO DA SOBENA

Do dia 15 a 19 de outubro, o Senge participará, também, da feira que acontece em paralelo ao Congresso Nacional de Transporte Aquaviário, Construção Naval e Offshore, orga-

nizado pela Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena).

O congresso será realizado na Firjan, localizada na avenida Graça Aranha, nº 1, 2º andar. Centro, Rio de Janeiro – RJ.

## Comunicado: Senge desenvolve sistema de votação eletrônica

Nós, da atual Diretoria do Senge-RJ, temos o prazer de informar a você que finalizamos os testes de desenvolvimento de um sistema de votação, via Internet, o VotaSenge, que nos permitirá, dentre outras coisas, realizar pesquisas de opinião, enquetes, votações sobre diversos assuntos, eleições etc.

Exigimos alguns requisitos para o desenvolvimento do sistema, tais como segurança, transparên-

cia, sigilo do voto e confiabilidade.

Acreditamos que o VotaSenge permitirá uma maior participação dos associados nos destinos do seu sindicato. Por isso, é fundamental que você mantenha seus dados cadastrais, rigorosamente, atualizados, especialmente os seus endereços eletrônicos (e-mail). Mas, atenção, muitas empresas bloqueiam links em seus e-mails corporativos. Por isso, dê preferência ao cadastramento de e-mails pessoais.

Caso o seu e-mail pessoal tenha um bloqueador de e-mails desconhecidos, tais como UOL e BOL, é importante cadastrar os e-mails do sindicato para não ficar preso pelo bloqueador, caso contrário, você não conseguirá votar pela Internet.

Os sócios do Senge-RJ podem atualizar seu cadastro por meio do site: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br). Acesse o menu “Serviços” e clique em “Atualize seu cadastro”. Ou, se

preferir, pode entrar em contato com o setor de cadastros do sindicato pelos telefones: 3505-0713/ 0708.

Continuamos trabalhando em prol da categoria representada e, também, para manter o Senge-RJ na vanguarda dentre as organizações sindicais brasileiras.

Se quiser conhecer algumas das principais características do sistema VotaSenge acesse: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)

A diretoria.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20040-009  
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733  
Endereço: [www.sengerj.org.br](http://www.sengerj.org.br)  
Correio eletrônico: [sengerj@sengerj.org.br](mailto:sengerj@sengerj.org.br)  
[imprensa@sengerj.org.br](mailto:imprensa@sengerj.org.br)

Impresso  
Especial

9912181248/2007/DR/RJ  
SENGE/RJ

---CORREIOS---

